



Grupo Caixa Geral de Depósitos

2013

Relatório e Contas

CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Av. João XXI, 63- 2º Piso 1000-300 Lisboa ☐ Telefone: 21 790 54 36 ☐ Fax: 21 790 54 98
Número único de Pessoa Coletiva e Matrícula Comercial 502.777.460 ☐ Capital Social realizado 3.000.000 Euros

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	3
1.2 ECONOMIA PORTUGUESA	5
1.3 MERCADO DE CAPITAIS.....	6
1.4 MERCADO IMOBILIÁRIO.....	9
1.5 MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES.....	11
1.6 A ATIVIDADE DA CGD PENSÕES, S.A.	12
1.7 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	13
1.8 MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO.....	13
1.9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	14
1.10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS.....	16
2 RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE	42
2.1 AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO.....	42
2.2 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO.....	45
2.3 PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO.....	46
2.4 TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	48
2.5 MODELO SOCIETÁRIO	49
2.6 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	52
2.7 SISTEMA DE CONTROLO	52
2.8 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE	53
2.9 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.....	53
2.10 NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE	53
ANEXO I – CURRÍCULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS	54
ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃO SOCIAIS.....	58
3 RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	59
4 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	62

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso
Secretário	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vice-Presidente	Dr. Henrique Pereira Melo
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr. ^a Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães
Vogal	Sr. José João Castro Avelar Froes

Órgão de Fiscalização (Fiscal Único)

Efetivo	Deloitte & Associados, SROC, SA, <i>representada pelo</i> Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira
Suplente	Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Comissão de Vencimentos

Membro	Dr. Vitor José Lilaia da Silva
Membro	Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

ESTRUTURA ACIONISTA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentora da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A..

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas no início de 2014, a economia mundial terá registado em 2013 um crescimento de 3,0%, ligeiramente inferior ao observado no ano anterior (3,1%), tendo esta desaceleração ocorrido quer no bloco desenvolvido (-0,1 p.p.), quer no bloco emergente e em desenvolvimento (-0,2 p.p.).

A atividade económica global beneficiou do reforço da liquidez providenciada pelos principais bancos centrais, do teor menos restritivo da política orçamental, sobretudo nos países desenvolvidos, e da melhoria da envolvente financeira.

Os principais bancos centrais voltaram a ser determinantes para a melhoria da confiança na retoma da economia. O Banco Central do Japão, com o propósito de levar a inflação a atingir 2% num prazo máximo de 2 anos, anunciou, logo em janeiro, um aumento da base monetária e o reforço das compras de ativos financeiros. Na Área Euro (AE), o Banco Central Europeu (BCE reduziu por duas vezes a principal taxa de referência, a qual encerrou o ano num novo mínimo histórico de 0,25%. Nos EUA, a Reserva Federal (Fed) manteve o ritmo mensal de aquisição de títulos de dívida em \$85 mil milhões durante todo o ano, tendo, anunciado na última reunião de 2013 uma redução de \$10 mil milhões nas compras a partir de 2014.

INDICADORES ECONÓMICOS MUNDIAIS

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
União Europeia	-0.4	0.0	2.6	1.5	10.5	10.9
Área do Euro	-0.7	-0.4	2.5	1.4	11.4	12.1
Alemanha	0.7	0.4	2.1	1.6	5.5	5.3
França	0.0	0.3	2.2	1.0	10.2	10.8
Reino Unido	0.1	1.9	2.8	2.6	7.9	7.6
Espanha	-1.6	-1.2	2.4	1.5	25.0	26.4
Itália	-2.5	-1.9	3.3	1.3	10.7	12.2
EUA	2.8	1.9	2.1	1.4	8.1	7.6
Japão	1.4	1.7	0.0	0.0	4.4	4.2
Rússia	3.4	1.5	6.5	6.5	6.0	5.7
China	7.7	7.7	2.6	2.7	4.1	4.1
Índia	3.2	4.4	10.4	10.9	n.d.	n.d.
Brasil	1.0	2.3	5.4	6.3	5.5	5.8

Fontes: FMI: World Economic Outlook - Update - janeiro de 2014

As incertezas associadas à crise da dívida soberana no seio da Europa que marcaram o ano anterior, foram notoriamente esbatidas em 2013. A manutenção de uma postura interventiva por parte do BCE, o início da recuperação económica na região a partir do 2º trimestre do ano, após a recessão mais longa desde a criação do euro, em paralelo com uma substancial correção dos desequilíbrios macroeconómicos em diversos Estados Membros, permitiu a criação de uma maior confiança na retoma a nível dos vários agentes económicos, para a qual contribuíram várias ações decididas pelos responsáveis, destacando-se a aprovação das primeiras medidas com vista à implementação de uma União Bancária.

Apesar da envolvente mais favorável para a atividade económica, persistiram ainda diversos fatores que, pontualmente, condicionaram a evolução do crescimento e deram origem a períodos de incerteza.

De referir a este respeito, o processo orçamental nos EUA, quer pela redução na despesa pública, a par de um aumento de impostos sobre as famílias, implementada no início do ano, quer pelo impasse na aprovação da Proposta de Orçamento do Estado Federal para 2014, que culminou no encerramento temporário dos serviços públicos federais não essenciais. Por seu turno, a admissão pela Federal Reserve, em maio, de que se poderia iniciar, ainda em 2013, a redução dos estímulos monetários não convencionais, constituiu também um fator de incerteza e de oscilações dos mercados financeiros.

Ainda nos EUA, passado o impacto negativo relacionado com os ajustamentos orçamentais no início do ano, o crescimento registou uma aceleração no segundo semestre, destacando-se a substancial melhoria do consumo privado, suportado pela contínua melhoria do mercado de trabalho, assim como do investimento privado em capital fixo.

No Japão, a adoção de políticas orçamentais e monetárias expansionistas ainda em 2012, e reforçadas em 2013, continuou a consubstanciar-se numa melhoria do crescimento, com a confiança dos empresários a voltar, em alguns casos, a máximos históricos e o desemprego a descer.

As economias emergentes continuaram a revelar grande dinamismo ainda que se tenha continuado a assistir a algum abrandamento já observado nos anos anteriores. A atividade económica continuou limitada, nomeadamente devido ao preço mais baixo das matérias-primas, bem como à redução dos fluxos de capitais, que se prenderam com a subida das taxas de juro de longo prazo nas economias desenvolvidas. Os países emergentes beneficiaram porém dos benefícios decorrentes do ritmo mais intenso da atividade económica nas economias desenvolvidas, durante o segundo semestre.

O bloco asiático registou novamente as maiores taxas de expansão e, apesar dos receios de abrandamento, a China cresceu 7,7%, ritmo idêntico ao de 2012.

A economia brasileira cresceu de novo abaixo do esperado. A partir do mês de abril verificaram-se sete aumentos da taxa diretora, em consequência dos níveis elevados de inflação, tendo a principal taxa de referência encerrado 2013 em 10,50%.

Os níveis de desemprego permaneceram elevados na maioria das regiões, mesmo naquelas onde se assistiu a alguns progressos positivos. Este fenómeno, em conjunto com os ajustamentos em curso em diversas economias de maior relevo no PIB mundial, e com a queda do preço das matérias-primas, contribuíram para que os níveis de inflação descessem substancialmente. Esta evolução favoreceu, assim, a implementação e o reforço de medidas de estímulo às principais economias.

O crescimento na AE, de acordo com as Estimativas do Outono da Comissão Europeia, e em linha com as estimativas mais recentes do FMI, terá voltado a ser negativo em 2013, desta feita -0,4%, após a queda de -0,7% no ano anterior. Esta retração assentou primordialmente na procura doméstica, já que o contributo das exportações líquidas se manteve positivo. Contudo, o ritmo da atividade não foi homogéneo, as economias periféricas registaram contrações menos acentuadas e os restantes Estados Membros da AE apresentaram taxas de crescimento positivas, mas ainda modestas.

O desemprego na região continuou a aumentar em 2013, ainda que a um ritmo menor, o que permitiu que a taxa de desemprego tenha permanecido praticamente inalterada em 12,1% durante a segunda metade do ano, o que corresponde ao nível mais elevado desde o verão de 1990.

Na AE, realce para, entre outros eventos, à crise no Chipre e nomeadamente o acordo de assistência financeira negociado entre a Comissão Europeia, o FMI e o Governo daquele país.

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

Taxas de variação (em %)	União Europeia		Área do Euro	
	2012	2013	2012	2013
Produto Interno Bruto (PIB)	-0.4	0.1	-0.7	-0.4
Consumo privado	-0.7	0.0	-1.4	-0.7
Consumo público	-0.2	0.4	-0.5	0.3
FBCF	-3.0	-2.5	-4.0	-3.0
Procura Interna	-1.5	-0.6	-2.2	-1.1
Exportações	2.3	1.4	2.5	1.3
Importações	-0.3	0.5	-0.9	0.2
Taxas (em %)				
Taxa de Inflação (IHPC)	2.6	1.5	2.5	1.4
Taxa de desemprego	10.5	10.9	11.4	12.1
Saldo do Setor Púb. Adm. (em % do PIB)	-3.9	-3.5	-3.7	-3.1

Fonte: Eurostat e, para valores de 2013, Comissão Europeia: *European Economic Forecast* - fevereiro de 2014

A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 1,4%, abaixo dos 2,5% de 2012, um resultado que só foi menor em 2009, quando registou 0,3%.

1.2 ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa registou em 2013 um desempenho menos recessivo que o inicialmente previsto.

O PIB diminuiu -1,4%, após a queda de -3,2% em 2012, um resultado melhor do que o estimado, em resultado de uma contração menor da procura interna e do contributo continuamente positivo da procura externa líquida, o que conduziu a um aumento da confiança dos empresários e das famílias ao longo de todo ano.

De acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB português cresceu 1,6%, em termos homólogos, no 4º trimestre de 2013, em larga medida devido à recuperação da procura interna, tendo-se assistido a variações em cadeia positivas nos últimos três trimestres do ano.

Saliente-se a presente capacidade de financiamento do País (economia tradicionalmente devedora em termos líquidos), que atingiu 1,8% do PIB no final do 3º trimestre.

O IHPC português registou, em 2013, uma taxa de variação média anual de 0,4%, após 2,8% em 2012. A desaceleração resultou do contributo negativo dos preços dos bens energéticos e de uma significativa desaceleração da inflação subjacente.

No mercado de trabalho, embora continue elevada, a taxa de desemprego desceu no 4º trimestre pelo terceiro período consecutivo, altura em que atingiu 15,3%, o registo mais baixo em cinco trimestres, tendo a população desempregada no final do ano atingido os 827 mil indivíduos, o que representa um decréscimo de -10,5% face ao último trimestre de 2012.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Taxas de variação (em %)	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto	-1.3	-3.2	-1.4*
Consumo privado	-3.3	-5.4	-2.5
Consumo público	-5.0	-4.7	-4.0
FBCF	-10.5	-14.3	-8.5
Procura Interna	-5.5	-6.9	-3.7
Exportações	6.9	3.2	5.8
Importações	-5.3	-6.6	0.8

Taxas (em %)			
Taxa de Inflação (IHPC)	3.7	2.8	0.4*
Taxa de desemprego	12.7	15.7	16.3*
Défice do SPA (em % do PIB)	-9.8	-4.3	-6.4
Dívida Pública (em % do PIB)	108.2	124.1	127.8

Fonte: INE e Relatório Orçamento de Estado para 2014, outubro de 2013

1.3 MERCADO DE CAPITAIS

O final de 2013 pautou-se por uma substancial melhoria do sentimento dos investidores, alicerçado na perceção de aceleração do crescimento económicos nos blocos desenvolvidos, sobretudo nos EUA e na Europa.

A redução das incertezas relacionadas com a crise da dívida soberana europeia, a ampla liquidez que se manteve nos mercados financeiros internacionais e a aceleração da atividade económica a partir da primavera, nomeadamente nos blocos desenvolvidos, constituíram os principais factores de retoma da confiança dos investidores e restantes agentes económicos.

A conjuntura de moderação da inflação nas principais regiões permitiu aos responsáveis pela política monetária das principais economias manterem as taxas de juro de referência em níveis muito baixos, por um prolongado período de tempo. Um ambiente de aumento da confiança com a retoma económica teve um impacto consideravelmente positivo no sentimento geral dos mercados.

As perspetivas mais positivas com que encerrou 2013 prenderam-se, ainda, com o reforço da coordenação das políticas das autoridades europeias no sentido da estabilização e fortalecimento da União Monetária. Os decisores deram particular atenção ao processo de criação de uma União Bancária, instrumento crucial para a separação entre risco soberano e risco bancário. Neste âmbito, foi aprovada a criação do primeiro pilar, que diz respeito ao Mecanismo Único de Supervisão Bancária, e avançou-se consideravelmente no segundo pilar, relativo ao Mecanismo Único de Resolução dos Bancos.

Para lá da economia da Área Euro ter voltado a crescer ainda durante a primeira metade de 2013, mais cedo do que aquilo que se perspetivava no início do ano, a divulgação de indicadores económicos positivos nos EUA e a resiliência da China contribuíram para que o sentimento de mercado melhorasse ao longo do ano, não obstante alguns curtos episódios de descida da confiança.

Mercado Acionista

O mercado acionista dos países desenvolvidos registou em 2013 um dos melhores desempenhos anuais desde a crise de 2008/2009, o que se deveu à melhoria das perspetivas económicas e aos estímulos monetários já referidos. Os resultados empresariais favoráveis constituíram igualmente um fator de suporte a esta classe de ativos, com o índice global da Morgan Stanley a registar um ganho de 24,1% no ano, quase o dobro dos 13,2% alcançados em 2012.

Destacou-se o índice do Japão, o Nikkei225, com uma valorização de 56,7%, o segundo melhor ano da história do índice (apenas ultrapassado pela subida de 91,9% em 1972), tendo encerrado no nível mais elevado desde 2007. A depreciação de 21,3% do iene face ao dólar e de 26,5% face ao euro foi determinante para este comportamento, cujo início remonta ainda a 2012, aquando do anúncio e progressiva implementação do plano de retoma económica do atual Primeiro-Ministro Abe, com o desígnio de cessar o longo ciclo de estagnação económica e de deflação, assim como de estabilização das contas públicas.

ÍNDICES BOLSISTAS

	2012		2013	
	Índice	Variação	Índice	Variação
Dow Jones (Nova Iorque)	13.104,14	7,3%	16.576,66	26,5%
Nasdaq (Nova Iorque)	30.19,514	15,9%	4.176,59	38,3%
FTSE (Londres)	5.897,91	5,8%	6.749,09	14,4%
NIKKEI (Tóquio)	10.395,18	22,9%	16.291,31	56,7%
CAC (Paris)	3.641,07	15,2%	4.295,95	18,0%
DAX (Frankfurt)	7.612,39	29,1%	9.552,16	25,5%
IBEX (Madrid)	8.167,50	-4,7%	9.916,70	21,4%
PSI-20 (Lisboa)	5.655,15	2,9%	6.558,85	15,9%

Em 2013, a praça acionista norte-americana registou o quinto ano consecutivo de valorização, tendo os principais índices averbado sucessivos máximos históricos. O índice de referência, o S&P500, atingiu uma valorização de 29,6%, o melhor ano desde 1997, enquanto a valorização de 26,5% do Dow Jones correspondeu à mais significativa da última década. No caso do índice tecnológico Nasdaq, apesar de ter alcançado valores máximos dos últimos 13 anos, o ganho de 38,3% em 2013 não foi ainda suficiente para anular as perdas registadas após a crise das tecnológicas de 2000/2001, apesar de ter encerrado acima do patamar dos 4.000 pontos.

Durante o ano assistiu-se a valorizações inferiores dos índices europeus, mas ainda assim significativas, com destaque, para a praça irlandesa (33,6%) e para o DAX alemão (22,5%) que fechou o ano acima dos 9.500 pontos, ou seja num máximo histórico. O PSI20 subiu 15,9% em 2013, o melhor resultado anual desde 2009. Para tal contribuiu a melhoria da perceção do risco soberano, bem como alguns eventos específicos de empresas que compõem o índice.

O desempenho dos mercados acionistas emergentes não foi positivo, tendo diferido do comportamento dos mercados desenvolvidos, em resultado dos receios de abrandamento económico. O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes caiu -5,0%, com destaque para as perdas de -15,5% do índice brasileiro e de -4,3% do índice chinês.

Mercado Obrigacionista

Foi visível, em 2013, um desanuviamento dos receios sobre a dívida soberana que permitiu uma redução dos *spreads* dos países que haviam sido mais penalizados, que se estendeu da dívida pública ao segmento de obrigações de empresas, quer financeiras, quer não financeiras.

Este comportamento não decorreu, no entanto, de forma idêntica ao longo do ano, dada a ocorrência de focos de instabilidade, como por exemplo a necessidade de assistência a Chipre.

No entanto, tais eventos não despoletaram uma penalização, por parte do mercado, análoga à ocorrida em situações comparáveis nos dois anos anteriores. A diferença residiu no suporte providenciado pelo Banco Central Europeu, que, quer por uma via qualitativa quer por meios quantitativos, preservou os prémios de risco em níveis substancialmente inferiores aos registados no passado e criou condições para uma redução e consequente normalização progressiva destes ao longo do ano.

Assim, e na sequência da redução dos desequilíbrios nas contas públicas, da correção dos défices nas contas externas, do reforço dos mecanismos de governação europeia, e perante evidência de término do enquadramento recessivo na região, assistiu-se a uma queda das taxas de rendibilidade da dívida soberana de Espanha, Itália, Irlanda e Portugal, em particular no segundo semestre.

As *yields* dos EUA subiram pela primeira vez em 4 anos, resultante da interpretação, pelo mercado, da evolução do ciclo de política monetária nesta economia. Mais especificamente, as declarações do presidente da Reserva Federal, em maio, no sentido de moderação do programa de compras mensais de ativos desta instituição no decorrer de 2013, num enquadramento de menores riscos para a economia norte-americana, despoletaram um pronunciado movimento ascendente da curva de rendimentos. Apesar da Área Euro se encontrar num ciclo distinto de política monetária, de enviesamento para adição de maior expansionismo monetário, a taxa de rendibilidade alemã sofreu um efeito de contágio do comportamento das taxas de EUA durante o verão de 2013.

No cômputo anual, as taxas a 10 anos, nos EUA, averbaram uma subida de 127 p.b., encerrando a 3,03%, o valor mais elevado desde julho de 2011. Na Alemanha, a taxa para a mesma maturidade subiu 61 p.b., para 1,93%.

As maturidades mais curtas registaram subidas menos pronunciadas, devido ao facto dos principais bancos centrais terem reafirmado a manutenção das respetivas taxas diretoras a um nível muito baixo durante um extenso período de tempo. No caso norte-americano, a *yield* a 2 anos averbou um aumento de 13 p.b., enquanto na Alemanha subiu 23 p.b., após cinco anos consecutivos de descida, e de ter iniciado o ano em valores negativos (-2 p.b.).

Na periferia europeia, a taxa de rendibilidade das obrigações da dívida pública a 10 anos de Espanha foi a que mais se reduziu, tendo registado uma queda de -111 p.b. (-149 p.b. na maturidade a 2 anos). Em Portugal a taxa a 10 anos caiu 88 p.b., encerrando o ano a 6,13%, após atingir, em maio, o nível mais reduzido desde agosto de 2010 (5,24%). A redução do prémio de risco da dívida soberana portuguesa consubstanciou-se num estreitamento de -149 p.b. do *spread* face à dívida alemã. No prazo a 2 anos, as quedas de *yield* e do *spread* foram de -38 p.b. e -61 p.b., respetivamente. No início do ano de 2014, a tendência de descida continuou a verificar-se.

Os *spreads* registaram, desta forma, o 2º ano consecutivo de estreitamento, o que sucede pela primeira vez desde o início da crise financeira, em 2007, tendo regressado aos níveis de janeiro de 2010.

O mercado primário manteve-se dinâmico durante o ano, tendo a procura por rendibilidade, por parte dos investidores, constituído um dos principais fatores de suporte, o que proporcionou a emissão de dívida em montantes significativos, com preços progressivamente decrescentes. O contexto mais otimista teve também correspondência num bom desempenho do mercado de dívida privada.

1.4 MERCADO IMOBILIÁRIO

Internacional

Em 2013, o desempenho do mercado imobiliário europeu continuou condicionado pelo reduzido desenvolvimento económico.

No setor de escritórios verificou-se uma estagnação da renda prime agregada para a Europa, com Londres a ser o primeiro mercado a apresentar um crescimento das rendas, baseado na retoma na zona da City e nas previsões de crescimento para o Reino Unido. Nas economias mais saudáveis, como a alemã e dos países nórdicos, o ténue crescimento de 2012 perdeu alguma força, deixando vulneráveis os mercados mais fracos, sobretudo localizados no Sul da Europa, como Barcelona, Milão, Lisboa e Madrid, que revelaram um abrandamento da atividade.

A promoção imobiliária no setor industrial e logístico manteve-se muito reduzida, em reflexo da incerteza económica. Todavia, em 2013 este cenário começou a gerar uma escassez de oferta, nomeadamente nas localizações mais estratégicas, proporcionando um ligeiro crescimento das rendas e compressão das *yields*.

Com o desemprego a aumentar, a confiança dos consumidores na União Europeia permaneceu em níveis reduzidos. Este fator, a par das severas medidas de austeridade implementadas em diversos países, contribuiu para a queda das vendas do comércio em 2013. Foram registadas exceções na Rússia, na Turquia e na maioria dos países da Europa Central e de Leste. Acresce referir que algumas das mais conceituadas “griffes” internacionais continuaram com planos de expansão ativos, tendo-se deparado com algumas dificuldades em encontrar os espaços adequados, uma vez que a oferta em zonas prime permaneceu moderada. Esta situação ajudou a manter, bastante elevadas, as rendas prime do comércio de rua dos principais mercados europeus, particularmente em Istambul, Moscovo, Londres, Paris e em diversas cidades alemãs.

Os imóveis premium continuaram a ser o foco do interesse dos investidores, pelo que as *yields* associadas permaneceram globalmente estáveis ao longo de 2013. Com as taxas de retorno já próximas das suas médias de longo prazo e as baixas perspectivas de arrendamento, o potencial para uma inversão desta tendência está consideravelmente limitado. Como resultado, a *yield* prime média para a Europa manteve-se nos 6% a médio prazo. O segmento de escritórios foi o mais ativo, atraindo os investidores em resultado das respetivas *yields* se encontrarem historicamente mais elevadas, nomeadamente acima das Obrigações do Tesouro. No entanto, o foco em ativos core, associado à escassez de financiamento para imóveis secundários, levou a um maior entusiasmo no mercado europeu, com reflexo no crescimento acentuado dos mercados mais fortes e mais líquidos, como Londres, Paris e as principais cidades alemãs, responsáveis por grande parte do volume de investimento na Europa.

Nacional

A economia nacional, no último ano, continuou a ser fortemente marcada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem, tendo grande parte dos indicadores económicos confirmado a já prolongada conjuntura recessiva, situação da qual o mercado imobiliário não se conseguiu dissociar. Nesse sentido, verificou-se uma vez mais que, independentemente das idiosincrasias de cada segmento e respetivas localizações, a performance do setor permanece dependente da recuperação económica e financeira.

A atual crise económica tem posto à prova a capacidade de gestão das organizações nacionais, com a redução de custos a mostrar-se como uma das formas de contornar as dificuldades financeiras que assolam o empresariado. Com efeito, o mercado de escritórios, cujo motor são naturalmente as empresas, esteve sujeito a renegociações constantes, com ajustes em baixa dos valores de renda,

verificando-se uma queda de 24% no número de transações e o nível mais baixo de procura desde que há registo.

A expressiva diminuição de consumo registada nos últimos três anos, com especial destaque para 2013, impulsionou uma diminuição das vendas em praticamente todos os segmentos de retalho. Os empreendimentos comerciais mantiveram a tendência do passado próximo, ou seja, os centros prime apresentaram razoáveis performances e os secundários revelaram, em grande parte dos casos, situações de acentuada fragilidade. Confrontados com a crescente competitividade, os operadores perceberam que dificilmente teriam sucesso sem inovação. Em contra ciclo, o comércio de rua nas zonas prime de Lisboa continuou a ser o setor mais resiliente à crise, atenta a procura sustentada por parte de várias marcas de luxo, conjugada com o elevado poder de compra de cidadãos provenientes de economias emergentes, como a China, Rússia, Angola e Brasil.

Apesar de algumas expectativas quanto a um aumento da contratação de serviços de logística transfronteiriça e por via do outsourcing, no ano transato verificou-se uma diminuição da contratação de serviços no mercado doméstico, agravamento da tendência de negócio, assim como diminuição do quadro de recursos humanos e investimentos. Se por um lado, as empresas de logística identificaram, positivamente, uma diminuição dos custos com instalações, atenta a elevada oferta, por outro, registaram, negativamente, uma elevada oferta de serviços com impactos diretos no valor.

O mercado residencial tentou adaptar-se à nova realidade da economia nacional corrigindo valores ainda que de forma incipiente, não produzindo, no entanto, um impacto claro na evolução da procura. Por sua vez importa referir que o investimento estrangeiro, originado de forma direta pela nova medida legislativa denominada por Golden Visa, canalizou para o segmento um volume de capital bastante expressivo.

O setor turístico atingiu em 2013 máximos em todas as categoriais, constituindo um sinal muito positivo para o segmento e para a economia, tendo em conta o peso que o mesmo aporta às contas nacionais.

O mercado de investimento ficou marcado por ténues sinais de retoma, tendo-se verificado um gradual interesse por parte dos investidores e a concretização de diversas operações, no decorrer de 2013. As yields permaneceram estáveis mas, pela primeira vez desde o início da crise económica, assistiu-se a uma pressão em baixa deste indicador, sobretudo escritórios e retalho de rua nas localizações prime.

1.5 MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

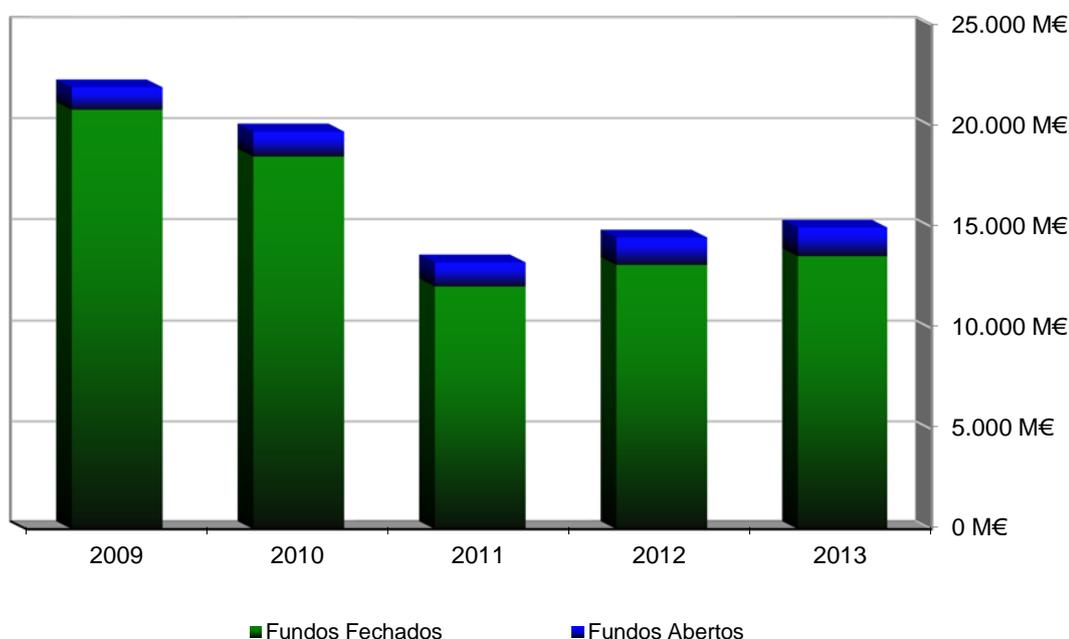
Em 31 de Dezembro de 2013 o valor sob gestão dos fundos de pensões ascendia a 14.970 milhões de euros (M€), o que traduz um acréscimo de 3,4% relativamente ao final do ano anterior.

A ausência de uma política de incentivo à poupança conduzida de forma consistente, a política orçamental penalizante das pensões de reforma e o quadro institucional vigente, não têm contribuído para o desenvolvimento do mercado dos fundos de pensões

As valorizações registadas nos ativos geridos pelas gestoras de fundos de pensões deveu-se ao desempenho dos mercados, sobretudo, dos segmentos acionista e obrigacionista.

Os fundos de pensões fechados aumentaram 3,3% para 13.549 M€, continuando a dominar o mercado dos fundos de pensões com uma parcela de 90,5% do montante total.

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES PORTUGUÊS



Fonte: ISP – Instituto de Seguros de Portugal

Durante o ano de 2013 assistiu-se à constituição de cinco fundos de pensões e extinguiram-se nove fundos de pensões fechados, dos quais três foram transferidos para fundos já existentes. Em 31 de Dezembro existiam 224 fundos de pensões em atividade, sendo 148 fundos fechados.

No final de 2013, o mercado estava representado por 11 sociedades gestoras e por 11 empresas de seguros. As seis maiores sociedades concentravam mais de 88% do volume total gerido, ocupando a CGD Pensões o segundo lugar no *ranking* por montante, com uma quota de 16,4%.

1.6 A ATIVIDADE DA CGD PENSÕES, S.A.

Comercial

A CGD Pensões terminou o ano de 2013 tendo sob gestão dezoito fundos de pensões fechados e quatro fundos de pensões abertos.

Os fundos de pensões abertos registaram um crescimento anual de 44,46%, registando um montante sob gestão de 161,54 milhões de euros, com origem em novas subscrições e na valorização das carteiras, destacando-se o fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente (+94,93%) e o fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Ativa (+19,38%).

Durante o ano, registaram-se subscrições no valor de 54.44 M€, das quais 5.11 M€ resultaram de transferências. Os reembolsos de unidades de participação dos fundos de pensões abertos, realizados na sua larga maioria por participantes com direito a pensão de reforma, ascenderam a 9.33 M€, dos quais 2.88 M€ corresponderam a transferências para outros fundos de pensões.

Para além das adesões individuais celebradas nos quatro fundos de pensões abertos, comercializados na rede CGD, encontravam-se ainda sob gestão 26 adesões coletivas ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Ativa, 12 adesões ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Valor e 16 adesões ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente, num total de 60.

O valor patrimonial dos fundos geridos, em 31 de Dezembro de 2013, ascendia a 2.464,1 M€, representando um crescimento de 8,72 % face aos 2.266,7 M€ geridos no final de 2012, uma vez que só se considera a parte do fundo de Pensões da SCML efetivamente gerida pela sociedade, não obstante esta ser a gestora líder do referido fundo.

O montante sob gestão no final do ano também reflete a constituição de um novo fundo fechado – Fundo de Pensões PIR Fidelidade – Companhia de Seguros e Associadas – e a extinção do Fundo de Pensões Chartis Europe, por transferência para uma nova adesão coletiva ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente. Ambos os processos se enquadram na implementação do novo Plano Individual de Reforma decorrente do novo Acordo Coletivo da Atividade Seguradora celebrado em 23 de dezembro de 2011.

A Sociedade prosseguiu igualmente o projeto conducente à dinamização da celebração de adesões coletivas aos três fundos de pensões abertos através da rede comercial da CGD, que se prolongará pelo ano de 2014.

Para alcançar os objetivos a que se propôs, a Sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível da rede comercial da CGD e da área comercial da Caixa Gestão de Ativos.

Financeira

Em 2013, o valor das Comissões da CGD Pensões situou-se em 3,21 M€, o que representou um aumento de 9,70% relativamente a 2012.

Quanto aos Custos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos registaram um decréscimo de 6,17% face ao período homólogo, situando-se em 1,89 M€ em 2013.

Deste modo, o Resultado Líquido do Exercício aumentou 31,9% face ao ano anterior, cifrando-se em 889.435 euros.

SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2012	2013	Variação
Ativo líquido	5 061	5 645	+11,5%
Capitais próprios	4 392	4 675	+ 6,4%
Distribuição de Dividendos e Reservas	988	607	- 38,6%
Resultado líquido	674	889	+31,9%
Capital social	3 000	3 000	

1.7 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A área de gestão dos sistemas de informação consolidou, durante o ano de 2013, os processos de negócio através da melhoria das atividades de gestão de informação e de gestão tecnológica.

Foi dada continuidade à atualização dos sistemas centrais de informação utilizados nas áreas de apoio ao negócio, nomeadamente:

- Aos sistemas de valorização dos fundos de pensões.
- Ao sistema de gestão de contribuições e participantes dos fundos de pensões;
- Ao sistema de apoio ao processo de reconciliações financeiras e físicas;
- Ao programa de contabilidade e gestão de pessoal;
- Na consolidação da plataforma de gestão e distribuição de informação, que fornece serviços de informação na área de gestão de valores mobiliários, *pricing*, *reporting* legal e disponibiliza informação para as diversas áreas de negócio da Caixa Gestão de Ativos;

Foi também terminada a implementação de todos os módulos da nova ferramenta de *frontoffice* para a gestão de ativos “Charles River”.

Em 2013 foi ainda efetuada a atualização tecnológica dos equipamentos dos Postos de Trabalho dos Colaboradores e foi implementada uma ferramenta para a gestão da correspondência recebida e enviada.

1.8 MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração da CGD Pensões considera fundamental que a Sociedade e os Fundos que administra e gere possuam um sistema de controlo interno adequado e eficaz. A sociedade define o sistema de controlo interno como o conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, e ainda as ações desenvolvidas por este Conselho e todos os colaboradores, por forma a assegurar:

- O desempenho eficiente e rentável, no médio e longo prazo, da atividade através de uma utilização eficaz dos ativos e recursos;
- O efetivo cumprimento das obrigações legais e regulamentares a que se encontra sujeita;
- A apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando a estabilidade e sobrevivência da sociedade;
- A prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades;
- A existência de informação financeira e de gestão completa e fiável.

Para atingir estes objetivos a Sociedade tem vindo a fomentar, ao longo do tempo, uma cultura e um ambiente de controlo adequados, assegurando um vasto conjunto de atividades de controlo, mecanismo de avaliação desse ambiente de controlo, bem como um efetivo processo de monitorização.

A Sociedade tem vindo a solidificar os três pilares essenciais ao Sistema de Controlo Interno, designadamente o Compliance, a Gestão de Risco e a Auditoria Interna. Para tal tem procurado, através da implementação de diversos projetos, que abrangem de forma transversal todos os órgãos de estrutura da organização, robustecer os mecanismos de controlo e eliminar os constrangimentos que vão surgindo.

O Conselho de Administração tem vindo a eleger o Código de Conduta como uma ferramenta fundamental para a concretização desta missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob as orientações determinadas dentro de todo o Grupo CGD.

1.9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto relativo ao ano de 2013, da CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., relativo ao ano de 2013, no valor de 889.434,51 euros (oitocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos) seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a reserva legal já se encontra integralmente constituída.

Considerações Finais

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pelo acompanhamento da evolução dos fundos e das sociedades;
- Aos membros da Assembleia-geral e das entidades revisoras de contas das sociedades e dos fundos, pelo empenhamento colocado na sua atuação fiscalizadora;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, a quem se dedica uma palavra de apreço;
- Às estruturas centrais do Grupo CGD, designadamente às estruturas de apoio às participadas, marketing, gestão de produtos, gestão de risco, gestão de pessoal, assessoria jurídica, controlo de gestão, compliance, informática e auditoria interna, de quem se recebeu empenhada colaboração;

- Aos colaboradores de todas as empresas da Caixa Gestão de Ativos, a cuja competência, dedicação e espírito de serviço, se devem parte importante dos resultados alcançados;
- Ao Acionista Único, pelo seu apoio permanente e acompanhamento da atividade da Sociedade.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria – Presidente

Henrique Pereira Melo – Vice Presidente

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

José João Castro Avelar Froes

1.10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2013	2012
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	3.450	6.472
Ativos intangíveis	6	-	1.047
Outros ativos financeiros	7	982.283	1.084.565
Total do ativo não corrente		<u>985.733</u>	<u>1.092.084</u>
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	120.440	96.185
Estado e outros entes públicos	8	-	14.456
Outras contas a receber	10	939.677	817.963
Diferimentos	11	16.360	15.245
Outros ativos financeiros	7	3.235.683	2.418.692
Caixa e depósitos bancários	4	346.634	606.786
Total do ativo corrente		<u>4.658.794</u>	<u>3.969.327</u>
Total do ativo		<u><u>5.644.527</u></u>	<u><u>5.061.411</u></u>
 CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	3.000.000	3.000.000
Reservas legais	12	785.277	717.858
Resultado líquido do exercício	12	889.435	674.183
Total do capital próprio		<u>4.674.712</u>	<u>4.392.041</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	8	4.073	8.146
Total do passivo não corrente		<u>4.073</u>	<u>8.146</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	286.390	270.094
Estado e outros entes públicos	8	193.307	5.359
Outras contas a pagar	14	486.045	385.771
Total do passivo corrente		<u>965.742</u>	<u>661.224</u>
Total do passivo		<u>969.815</u>	<u>669.370</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>5.644.527</u></u>	<u><u>5.061.411</u></u>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2013	2012
Serviços prestados	15	3.210.572	2.926.785
Fornecimentos e serviços externos	16	(1.453.621)	(1.593.728)
Gastos com o pessoal	17	(439.078)	(423.534)
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	(64.836)	(28.643)
Outros rendimentos e ganhos	18	4.836	67.717
Outros gastos e perdas	19	(42.328)	(38.873)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>1.215.545</u>	<u>909.724</u>
Gastos de depreciação e de amortização	5 e 6	(4.069)	(14.666)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>1.211.476</u>	<u>895.058</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	20	3.187	24.796
Juros e gastos similares suportados	21	(2)	(10)
Resultado antes de impostos		<u>1.214.661</u>	<u>919.844</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(325.226)	(245.661)
Resultado líquido do exercício		<u><u>889.435</u></u>	<u><u>674.183</u></u>
Resultado por ação	24	1,48	1,12

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	3.000.000	638.463	273.081	793.963	4.705.507
Aplicação dos resultados do exercício anterior:					
Distribuição de dividendos	-	-	-	(714.566)	(714.566)
Transferência para reservas legais	-	79.397	-	(79.397)	-
Distribuição de resultados transitados	-	-	(273.081)	-	(273.081)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	674.183	674.183
Outros	-	(2)	-	-	(2)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	3.000.000	717.858	-	674.183	4.392.041
Aplicação dos resultados do exercício anterior:					
Distribuição de dividendos	-	-	-	(606.765)	(606.765)
Transferência para reservas legais	-	67.418	-	(67.418)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	889.435	889.435
Outros	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	3.000.000	785.277	-	889.435	4.674.712

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	(Montantes expressos em Euros)			
	2013		2012	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	3.083.605		2.840.901	
Pagamentos a fornecedores	(588.328)		(510.318)	
Pagamentos de comissões de assessoria financeira	(377.665)		(565.123)	
Pagamentos de comissões de comercialização	(375.541)		(392.552)	
Pagamentos ao pessoal	(297.535)		(316.148)	
Caixa gerada pelas operações	1.444.536		1.056.760	
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(202.809)		(376.226)	
Outros pagamentos / (recebimentos)	(123.319)		(107.487)	
Fluxos das atividades operacionais [1]	1.118.408		573.047	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-		(4.160)	
Ativos intangíveis	-		-	
Investimentos financeiros	(1.400.000)	(1.400.000)	(1.063.065)	(1.067.225)
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	115		-	
Investimentos financeiros	625.036		1.777.789	
Juros e rendimentos similares	3.139	628.290	20.572	1.798.361
Fluxos das atividades de investimento [2]	(771.710)		731.136	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	(83)		(162)	
Juros e gastos similares	(2)		(10)	
Distribuição de dividendos e resultados transitados	(606.765)	(606.850)	(987.647)	(987.819)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(606.850)		(987.819)	
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(260.152)		316.364	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	606.786		290.422	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	346.634		606.786	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD Pensões” ou “Sociedade”) foi constituída em 14 de Maio de 1992. A Sociedade tem como principal atividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de Dezembro de 2013 pela gestão dos Fundos fechados das seguintes entidades (Associados):

Denominação	Data de constituição	Data de início da gestão
Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Fundo CGD)	31-12-1991	30-09-1992
18,75% do Fundo de Pensões Gestnave (Fundo Gestnave)	01-10-1998	01-10-1998
Fundo de Pensões da Euronext Lisbon (Fundo Euronext Lisbon)	15-01-2000	15-01-2000
Fundo de Pensões da Interbolsa (Fundo Interbolsa)	27-12-2001	27-12-2001
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros (Fundo CPR)	31-12-1998	01-12-2002
Fundo de Pensões da Galp Energia (Fundo Galp Energia)	02-01-2003	02-01-2003
Fundo de Pensões Impresa Publishing e Associadas (Fundo Impresa Publishing e Associadas)	31-12-1987	01-01-2004
Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística (Fundo INE)	21-12-1999	01-04-2004
Fundo de Pensões CMVM (Fundo CMVM)	29-09-2000	01-01-2005
Fundo de Pensões Império – Bonança (Fundo Império - Bonança)	28-12-2005	30-12-2005
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Fundo SCML)	22-02-2008	22-02-2008
Fundo de Pensões Fidelidade (Fundo Fidelidade)	30-04-1999	01-01-2008
Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança (Fundo Mundial - Confiança)	31-12-1997	01-01-2008
Fundo de Pensões Petrogal (Fundo Petrogal)	29-12-1988	23-04-2009
Fundo de Pensões S.T.E.T. (Fundo STET)	05-09-2003	01-01-2010
Fundo de Pensões ICP - Anacom (Fundo ICP - Anacom)	18-12-2003	01-07-2011
Fundo de Pensões Chartis Europe Portugal (em liquidação) (Fundo Chartis - em liquidação)	27-09-2010	01-01-2013
Fundo de Pensões Ramos Pinto (Fundo Ramos Pinto)	30-12-1987	01-01-2013
Fundo de Pensões PIR Fidelidade - Companhia de Seguros e Associadas (Fundo PIR Fidelidade)	31-12-2013	31-12-2013

O Fundo SCML é gerido, em cogestão, pela CGD Pensões – S.G.F.P, S.A., pela Futuro – S.G.F.P, S.A. e pela SGF – S.G.F.P, S.A., sendo a CGD Pensões a Sociedade Gestora líder.

Adicionalmente, na mesma data a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos abertos:

Denominação	Data de constituição
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Activa” (Fundo Caixa Reforma Activa)	13-12-2001
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Valor” (Fundo Caixa Reforma Valor)	02-12-2005
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Garantida 2022” (Fundo Caixa Reforma Garantida 2022)	19-03-2007
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Prudente” (Fundo Caixa Reforma Prudente)	15-07-2008

Conforme indicado na Nota 12, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (Grupo CGD). Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 25.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2014. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas

Interpretativas que constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e respetivas normas interpretativas em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos e passivos correntes e não correntes

Um ativo é classificado como “corrente” quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido, no decurso normal do ciclo operacional da Sociedade;
- Seja detido essencialmente com a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como “corrente” quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Sociedade;
- Exista essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos ativos:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 a 10

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos do exercício na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação ou o abate.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Sociedade estima a vida útil do *software* em três anos.

Em 31 de Dezembro de 2013, os ativos intangíveis encontram-se totalmente amortizados.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros:

(i) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros dizem integralmente respeito a unidades de participação em fundos de investimento e são mensurados ao justo valor, sendo as variações registadas na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor”, da demonstração dos resultados.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

As mais e menos-valias realizadas resultantes do resgate de unidades de participação são determinadas face ao valor de balanço no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido subscritas durante o exercício, por aplicação do critério de custeio FIFO. Neste sentido, os “Aumentos/(reduções) de justo valor correspondem à diferença entre o valor da unidade de participação à data de relato e o valor de balanço no final do ano anterior corrigido pelas subscrições ocorridas no ano, por aplicação do critério de custeio FIFO.

(ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados no ativo pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir esta é revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na mesma rubrica.

(iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A caixa e equivalentes de caixa encontram-se registados no ativo pelo seu valor nominal.

(iv) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados no passivo pelo seu valor nominal.

(v) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos para outra entidade.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se estabelece o direito da Sociedade a receber esse montante.

Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua atividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos, respetivamente, com o seguinte detalhe:

- Fundos Fechados:

Fundo	Comissão de gestão financeira			Comissão sobre as contribuições
	Percentagem anual	Periodicidade	Base de incidência	
Fundo CGD	0,100%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	-
Fundo Gestnave	0,200% 0,180% 0,160%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo < Eur 9.975.958 de Eur 9.975.958 a Eur 19.951.916 > Eur 19.951.916	-
Fundo Euronext Lisbon	0,200%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo Interbolsa	0,200%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo CPR	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	5,00%
Fundo Galp Energia	0,300%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%/0,40%
Fundo Impresa Publishing e Associadas	0,450%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo INE	0,500%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,50%
Fundo CMV/M	0,125%	Trimestral	Valor de mercado dos activos do Fundo	Taxa ISP
Fundo Império – Bonança	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo SCML	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,15%
Fundo Fidelidade	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo Mundial - Confiança	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo Petrogal	-	Trimestral	100.000 Euros por ano	-
Fundo STET	0,01	Trimestral com acerto no final de cada ano	Valor de mercado da carteira do Fundo	Taxa ISP
Fundo ICP - Anacom	0,350%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Taxa ISP
Fundo Chartis - em liquidação	0,75%	Mensal	Média do valor do Fundo no final de cada um dos meses do ano	5,0% Até 5.000 Euros 3,0% Nos seguintes 20.000 Euros 2,0% Nos seguintes 25.000 Euros 1,0% Nos seguintes 200.000 Euros 0,5% Excesso sobre 250.000 Euros
Fundo Ramos Pinto	0,75%	Mensal	Média do valor do Fundo no final de cada um dos meses do ano	5,0% Até 4.987,98 Euros 3,0% Nos seguintes 19.951,92 Euros 2,0% Nos seguintes 24.939,89 Euros 1,0% Nos seguintes 199.519,16 Euros 0,5% Excesso sobre 249.398,95 Euros
Fundo PIR Fidelidade	0,300%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP

- Fundos Abertos:

Fundo	Comissão de gestão financeira				Comissão de subscrição	Comissão de resgate
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	Observações		
Fundo Caixa Reforma Activa	Máximo 3% ao ano	Trimestral	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2013 e 2012 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Valor	Máximo 3% ao ano	Trimestral	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2013 e 2012 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	Máximo 3% ao ano	Anual	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2013 e 2012 ascendeu a 0,68%	Máximo 10% ao ano	Máximo 10% ao ano
Fundo Caixa Reforma Prudente	Máximo 1% ao ano	Trimestral	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2013 e 2012 ascendeu a 0,5%	Máximo 1% ao ano	Máximo 2% ao ano

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos “Fundo Caixa Reforma Activa”, “Fundo Caixa Reforma Valor” e Fundo Caixa Reforma Prudente”, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização equivalente a 55% da comissão de gestão cobrada pela CGD Pensões a estes Fundos, deduzida das comissões cobradas às adesões coletivas. Esta comissão é registada na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” (Nota 16).

A Sociedade cobra ao Fundo SCML uma comissão de performance correspondente a 20% da diferença entre a rentabilidade da carteira gerida e a rentabilidade do *benchmark* em 31 de Dezembro de cada ano, com um máximo correspondente ao dobro da comissão anual fixa. Esta comissão é registada na rubrica “Rédito – Serviços prestados” (Nota 15).

A Sociedade cobra ainda aos Fundos Galp Energia e ICP – Anacom comissões anuais de 80 Euros e 5 Euros, respetivamente, por cada participante.

A Sociedade deduz à comissão de gestão financeira cobrada aos Fundos Euronext e Interbolsa o montante anual de 2.500 Euros e 1.000 Euros, respetivamente.

3.8 Loações

As loações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes loações são classificadas como operacionais. A classificação das loações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera que venham a estar em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas no final de cada exercício económico.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados para as diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Nos termos do Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de Abril, sobre as contribuições dos Associados para os respectivos Fundos incide uma taxa do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), a qual constitui encargo de cada Fundo. Não obstante, no que se refere aos Fundos Caixa Reforma Ativa, Caixa Reforma Valor, Império - Bonança, CMVM, Galp Energia, Caixa Reforma Garantida 2022, Fidelidade, Mundial – Confiança, Caixa Reforma Prudente, PIR Fidelidade e ICP - Anacom, esta taxa é suportada pela Sociedade, sendo registada na rubrica de “Outros gastos e perdas - Impostos” (Nota 19).

3.10 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato financeiro sendo ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo os mesmos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.12 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afectar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação destas demonstrações financeiras foram os seguintes:

(i) Especialização de comissões a receber e a pagar

Os montantes relativos às especializações das comissões a receber e a pagar correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração em 31 de Dezembro de 2013 sobre o montante a receber e a pagar em 2014.

(ii) Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). A caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 têm o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Numerário	150	200
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	346.484	606.586
	-----	-----
	<u>346.634</u>	<u>606.786</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis dizem respeito a depósitos à ordem junto da CGD, os quais são remunerados às taxas de juro anuais de 0,13% e 0,11%, respetivamente.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2013							
	Saldos no início			Aquisições	Amortizações do exercício	Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento administrativo	<u>34.570</u>	<u>(28.098)</u>	<u>6.472</u>	<u>-</u>	<u>(3.022)</u>	<u>34.570</u>	<u>(31.120)</u>	<u>3.450</u>
	2012							
	Saldos no início			Aquisições	Amortizações do exercício	Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento administrativo	<u>30.410</u>	<u>(25.045)</u>	<u>5.365</u>	<u>4.160</u>	<u>(3.053)</u>	<u>34.570</u>	<u>(28.098)</u>	<u>6.472</u>

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2013						
	Saldos no início			Amortizações do exercício	Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento informático (software)	<u>252.057</u>	<u>(251.010)</u>	<u>1.047</u>	<u>(1.047)</u>	<u>252.057</u>	<u>(252.057)</u>	<u>-</u>
	2012						
	Saldos no início			Amortizações do exercício	Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento informático (software)	<u>252.057</u>	<u>(239.397)</u>	<u>12.660</u>	<u>(11.613)</u>	<u>252.057</u>	<u>(251.010)</u>	<u>1.047</u>

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica decompunha-se como segue:

Títulos	2013		
	Valor inicial	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
<u>Activos não correntes</u>			
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliários:			
. Logística e Distribuição	669.240	605.737	(63.503)
. Maxirent	296.235	248.608	(47.627)
. Tishman Esóf Sfeeder	108.633	118.108	9.475
. Lusimovest	10.457	9.830	(627)
	<u>1.084.565</u>	<u>982.283</u>	<u>(102.282)</u>
<u>Activos correntes</u>			
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários:			
. Caixa Fundo Monetário	3.198.237	3.235.683	37.446
	<u>4.282.802</u>	<u>4.217.966</u>	<u>(64.836)</u>
Títulos	2012		
	Valor inicial	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
<u>Activos não correntes</u>			
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliários:			
. Logística e Distribuição	716.463	669.240	(47.223)
. Maxirent	292.905	296.235	3.330
. Tishman Esóf Sfeeder	125.455	108.633	(16.822)
. Lusimovest	10.675	10.457	(218)
	<u>1.145.498</u>	<u>1.084.565</u>	<u>(60.933)</u>
<u>Activos correntes</u>			
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários:			
. Caixa Fundo Monetário	2.386.402	2.418.692	32.290
	<u>3.531.900</u>	<u>3.503.257</u>	<u>(28.643)</u>

O valor inicial das unidades de participação corresponde ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido compradas ou alienadas ao longo do ano, ou ao seu valor de balanço em 31 de Dezembro do ano anterior, no que se refere às unidades de participação adquiridas em exercícios anteriores.

No exercício de 2013 a Sociedade adquiriu 255.613 unidades de participação do Caixa Fundo Monetário pelo montante de 1.400.000 Euros. No mesmo exercício alienou 113.960 unidades de participação do mesmo Fundo de Investimento Mobiliário pelo montante de 625.036 Euros.

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Sociedade realizou mais-valias na alienação de investimentos financeiros nos montantes de 4.581 Euros e 30.777 Euros, respetivamente (Nota 18). Em 2013 e 2012, foram ainda recebidos rendimentos de unidades de participação nos montantes de 2.500 Euros e 22.365 Euros, respetivamente (Nota 20).

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e respetiva Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2013 e 2012 corresponde a 26,5%.

Adicionalmente, nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Para este efeito, o sujeito passivo deve adotar o método ou métodos suscetíveis de assegurar o mais elevado grau de comparabilidade entre as operações que efetua e outras substancialmente idênticas, em situações normais de mercado ou de ausência de relações especiais, nos termos previstos no referido preceito legal, devendo ainda manter organizada a documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência.

O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

O imposto sobre o rendimento contabilizado nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 encontra-se corrigido pelo efeito do registo de impostos diferidos, de acordo com o disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos diferidos passivos revertidos no ano:		
. Ajustamentos de transição para SNC	(4.073)	(4.073)
Imposto corrente	329.299	249.734
	-----	-----
	325.226	245.661
	=====	=====

Os ajustamentos para menos-valias potenciais registados pela Sociedade até 31 de Dezembro de 2009 não eram dedutíveis para efeitos fiscais. Com a adoção das NCRF, os investimentos financeiros passaram a ser registados pelo justo valor por contrapartida de resultados, sendo as variações de justo valor relevantes para o apuramento do lucro tributável. Conforme definido no nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei 159/2009, de 13 de Julho, o impacto da transição para as NCRF calculado com referência a 1 de Janeiro de 2010 deve ser relevado para efeitos fiscais durante um período de 5 anos, com início em 2010. Os impostos diferidos registados pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 correspondem ao impacto fiscal dos montantes que terão de ser acrescidos até 2014.

A composição dos passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ajustamentos de transição para SNC	15.370	30.740
Taxa de imposto	26,5%	26,5%
	-----	-----
	4.073	8.146
	=====	=====

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

	2013		2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		1.214.661		919.844
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	321.885	26,50%	243.759
Diferenças permanentes tributáveis	0,00%	-	0,23%	2.143
Diferenças permanentes dedutíveis	-0,02%	(300)	-0,39%	(3.609)
Tributação autónoma	0,30%	3.641	0,37%	3.369
Outros	0,00%	-	0,00%	(1)
Imposto sobre o rendimento	26,78%	325.226	26,71%	245.661

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Estado e outros entes públicos” do passivo apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
IRC a pagar	178.583	-
Contribuições para a Segurança Social	7.860	755
Retenção de impostos sobre outros rendimentos	6.634	4.604
Imposto sobre o Valor Acrescentado	230	-
	-----	-----
	193.307	5.359
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o IRC a pagar / (a recuperar) decompõe-se como segue:

	2013	2012
Imposto corrente	329.299	249.734
Pagamentos por conta	(150.716)	(237.261)
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	-	(26.929)
	-----	-----
Imposto a pagar / (a recuperar)	178.583	(14.456)
	=====	=====

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2010 a 2013 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais relativamente aos exercícios acima indicados não terão um efeito significativo para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

9. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Clientes, conta corrente:		
. Galp Energia	94.000	94.080
. Petrolgal	1.696	-
. Outros	24.744	2.105
	-----	-----
	120.440	96.185
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui 94.000 Euros e 94.080 Euros relativos às comissões de gestão de conta do participante daqueles exercícios que, nos termos do contrato de gestão do Fundo Galp Energia, são debitadas diretamente ao Associado.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Acréscimos de proveitos:		
Comissões de gestão a receber:		
. Fundo CGD	391.499	342.833
. Fundo SCML	119.367	74.126
. Fundo Caixa Reforma Ativa	112.129	109.547
. Fundo Caixa Reforma Prudente	86.913	51.457
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	67.622	68.710
. Fundo Império – Bonança	26.121	37.932
. Fundo Fidelidade	25.521	27.247
. Fundo Petrogal	25.000	25.000
. Fundo Caixa Reforma Valor	19.773	16.333
. Fundo Galp Energia	17.023	14.209
. Fundo Mundial – Confiança	9.164	11.626
. Fundo INE	6.171	5.176
. Fundo Impresa Publishing e Associadas	5.676	5.619
. Fundo Euronext Lisbon	5.592	5.095
. Fundo ICP – Anacom	3.411	2.886
. Fundo CMVM	3.360	2.991
. Fundo Interbolsa	2.519	2.180
. Fundo Gestnave	2.054	3.137
. Fundo STET	359	349
. Fundo PIR Fidelidade	165	-
. Fundo CPR	128	115
	-----	-----
	929.567	806.568
	-----	-----
Juros de depósitos bancários a receber	59	68
Outros acréscimos de proveitos	14	16
	-----	-----
	929.640	806.652
	-----	-----
Outros devedores:		
. Adiantamentos a colaboradores	10.034	11.056
. Outros	3	255
	-----	-----
	939.677	817.963
	=====	=====

11. DIFERIMENTOS - ATIVO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica respeita a prémios de seguros.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente detidas pela Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas legais, resultados transitados e resultado líquido do exercício apresentam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reservas legais	785.277	717.858
Resultado líquido do exercício	889.435	674.183
	-----	-----
	1.674.712	1.392.041
	=====	=====

Reservas legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Na sequência de deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de Março de 2013, a Sociedade distribuiu dividendos por aplicação do resultado do exercício de 2012, no montante de 606.765 Euros.

Na sequência de deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de Março de 2012, a Sociedade distribuiu dividendos por aplicação do resultado do exercício de 2011, bem como por aplicação dos resultados transitados, nos montantes de 714.566 Euros e 273.081 Euros, respetivamente.

13. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores, conta corrente:		
. CGD	228.120	172.995
. Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)	26.317	51.100
. Towers Watson	15.000	31.388
. Outros	16.543	14.118
	-----	-----
	285.980	269.601
	-----	-----
Fornecedores de imobilizado:		
. Caixa Leasing e Factoring (Caixa LF)	410	493
	-----	-----
	286.390	270.094
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “CGD” inclui as comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos “Fundo Caixa Reforma Ativa”, “Fundo Caixa Reforma Valor” e Fundo Caixa Reforma Prudente” relativas ao segundo semestre de 2013, já faturadas e ainda não pagas, no montante de 212.946 Euros. Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta rubrica inclui as comissões a pagar à CGD pela comercialização daqueles fundos, relativas aos meses de Julho a Novembro de 2012, no montante de 155.931 Euros (Nota 14).

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Acréscimos de custos:		
. Comissões de assessoria financeira	204.834	175.810
. Estudos actuariais	63.310	45.675
. Encargos com férias e subsídio de férias	62.698	30.994
. Publicidade	61.700	9.378
. Encargos com auditoria	52.890	53.800
. Taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal	28.578	17.252
. Seguros	-	7.343
. Comissões de comercialização	-	32.216
. Outros acréscimos de custos	12.035	13.303
	-----	-----
	486.045	385.771
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Comissões de assessoria financeira” refere-se às comissões dos dois últimos trimestre de 2013 a liquidar à Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Caixagest) nos termos do contrato celebrado pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de *back office*, controlo de risco e avaliação de performance (Nota 16) (comissões do último trimestre de 2012 em 31 de Dezembro de 2012).

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Comissões de comercialização” respeita às comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de Pensões Abertos “Fundo Caixa Reforma Ativa”, “Fundo Caixa Reforma Valor” e “Fundo Caixa Reforma Prudente” de Dezembro de 2012 (Nota 16).

15. RÉDITO – SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade por serviços prestados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões:		
. Fundo CGD	1.466.975	1.318.458
. Fundo Caixa Reforma Activa	464.766	482.866
. Fundo Caixa Reforma Prudente	270.006	201.369
. Fundo Galp Energia	168.027	157.497
. Fundo SCML	123.912	129.535
. Fundo Império – Bonança	114.483	106.880
. Fundo Petrogal	100.000	100.000
. Fundo Fidelidade	93.652	86.085
. Fundo Caixa Reforma Valor	87.347	75.742
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	76.779	86.420
. Fundo Mundial – Confiança	37.236	35.870
. Fundo INE	24.875	21.939
. Fundo Impresa Publishing e Associadas	22.620	22.218
. Fundo ICP - Anacom	15.256	13.434
. Fundo Euronext Lisbon	14.768	12.831
. Fundo CMVM	12.273	11.125
. Fundo Gestnave	8.060	12.628
. Fundo Interbolsa	5.982	4.781
. Fundo Chartis - em liquidação	2.777	-
. Fundo PIR Fidelidade	2.747	-
. Fundo S.T.E.T.	1.492	(105)
. Fundo CPR	523	482
	<u>3.114.556</u>	<u>2.880.055</u>
Comissões de depósito - Fundo CPR	<u>56</u>	<u>59</u>
Comissão de performance - Fundo SCML	<u>86.623</u>	<u>38.848</u>
Comissões de subscrição:		
. Fundo Caixa Reforma Prudente	2.253	2.331
. Fundo Caixa Reforma Activa	726	385
. Fundo Caixa Reforma Valor	68	195
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	-	715
	<u>3.047</u>	<u>3.626</u>
Comissões de resgate:		
. Fundo Caixa Reforma Prudente	1.539	1.086
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	605	2.147
. Fundo Caixa Reforma Valor	-	277
. Fundo Caixa Reforma Activa	-	28
	<u>2.144</u>	<u>3.538</u>
Comissões de transferência:		
. Fundo Caixa Reforma Prudente	2.071	179
. Fundo Caixa Reforma Valor	313	-
. Fundo Caixa Reforma Activa	210	480
	<u>2.594</u>	<u>659</u>
Outros	<u>1.552</u>	<u>-</u>
	<u><u>3.210.572</u></u>	<u><u>2.926.785</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões – Fundo SCML” inclui 54.413 Euros e 56.414 Euros, respetivamente, relativos à comissão de líder de gestão paga à Sociedade. Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua atividade de líder na gestão do património do Fundo. Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, esta comissão é calculada trimestralmente sobre o valor de mercado da carteira do Fundo gerida pela Sociedade Gestora no final de cada trimestre. Para este efeito, o valor de mercado da carteira é equiparado ao valor do Fundo no final de cada trimestre.

A comissão aplicável varia da seguinte forma:

<u>Valor do Fundo</u>	<u>Comissão anual</u>
Até 50.000.000 Euros	0,075%
Superior a 50.000.000 Euros	0,050%

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Comissão de performance – Fundo SCML” corresponde à comissão de performance cobrada ao Fundo SCML. Esta comissão corresponde a 20% da diferença entre a rentabilidade da carteira gerida pela Sociedade e a rentabilidade do *benchmark* em 31 de Dezembro de cada ano, com um máximo correspondente ao dobro da comissão anual fixa.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendas e alugueres:		
· CGD (Nota 25.4)	32.462	31.468
· Outras entidades	18.582	19.289
Comissões de assessoria financeira (Notas 14 e 25.4)	406.689	623.932
Comissões de comercialização (Notas 14 e 25.4)	400.339	364.172
Trabalhos especializados:		
· Estudos actuariais	203.721	205.452
· Informática	31.604	26.841
· Remunerações pagas à CGD (Nota 25.4)	27.088	35.236
· Caixagest (Nota 25.4)	18.071	-
· Outros trabalhos especializados	-	142
Publicidade	112.269	19.393
Auditoria	65.505	68.545
Consultoria	54.647	82.846
Honorários	39.696	80.189
Comunicação	13.149	13.446
Eletricidade e água	7.534	8.023
Limpeza, higiene e segurança	3.698	3.481
Deslocações e estadas	2.703	951
Outros fornecimentos e serviços externos	15.864	10.322
	-----	-----
	1.453.621	1.593.728
	=====	=====

A rubrica “Comissões de assessoria financeira” refere-se aos custos incorridos com o contrato celebrado em 1 de Abril de 2008 com a Caixagest, pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de *back office*, controlo de risco e avaliação de performance. A remuneração mínima anual da Caixagest resulta da aplicação de uma taxa nominal anual de 0,02% sobre o valor médio dos ativos sob gestão da Sociedade (a média é calculada com base no valor de mercado das carteiras no último dia de cada mês). Adicionalmente, se forem cumpridos determinados requisitos é cobrada uma comissão de

performance. Em 2013 e 2012, a comissão de performance ascendeu a 76.460 Euros e 165.804 Euros, respetivamente.

A rubrica “Estudos actuariais” refere-se aos honorários da Fidelidade Mundial e da Towers Watson pela prestação de serviços de avaliação actuarial dos Fundos de pensões geridos pela Sociedade, nos montantes de 165.171 Euros e 38.550 Euros, respetivamente (155.452 Euros e 50.000 Euros, respetivamente, em 2012). A Fidelidade Mundial e a Towers Watson são responsáveis pelas avaliações actuariais mensais dos Fundos de pensões de benefício definido e contribuição definida, respetivamente.

As remunerações pagas à CGD referem-se ao salário de um colaborador desta entidade que se encontra a desempenhar funções na CGD Pensões.

O aumento ocorrido em 2013 na rubrica “Publicidade” está relacionado com campanhas realizadas junto da rede comercial da CGD para a comercialização dos Fundos Caixa Reforma Ativa, Caixa Reforma Valor e Caixa Reforma Prudente.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações dos empregados	299.434	221.485
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 25.2)	111.047	123.889
Encargos sobre remunerações	77.694	48.954
Contribuições para Fundos de pensões (Nota 23)	23.511	3.978
Seguros de saúde	7.608	19.106
Cedência de pessoal	(87.780)	-
Outros	7.564	6.122
	-----	-----
	439.078	423.534
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, eram colaboradores da Sociedade 12 e 9 pessoas, respetivamente. Nas mesmas datas, a Sociedade tinha ao seu serviço 7 e 8 colaboradores, respetivamente (exclui colaboradores cedidos pela Sociedade a outras empresas do Grupo CGD e inclui colaboradores cedidos à Sociedade por outras empresas do Grupo CGD).

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Cedência de pessoal” refere-se à cedência de 4 colaboradores à Caixagest, 1 colaborador à Fundger e 1 colaborador ao Caixa BI, nos montantes de 54.828 Euros, 18.749 Euros e 14.203 Euros, respetivamente.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Alienação de unidades de participação (Nota 7)	4.581	30.777
Anulação de encargos com férias e subsídio de férias	-	32.145
Outros	255	4.795
	-----	-----
	4.836	67.717
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Anulação de encargos com férias e subsídio de férias” respeita à anulação do excesso de provisão constituída em 2011 para encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2012, no seguimento das políticas de contenção salarial emanadas pelo seu acionista indireto (Estado Português), no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal.

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos	30.538	18.614
Quotizações	10.900	10.450
Outros	890	9.809
	-----	-----
	42.328	38.873
	=====	=====

O saldo da rubrica de “Impostos” refere-se, essencialmente, às taxas pagas e a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal, as quais corresponderam a 0,048% sobre as contribuições efetuadas em 2013 e 2012 para alguns dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 3.9).

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros obtidos:		
. Depósitos à ordem em instituições de crédito	630	2.330
	-----	-----
Outros rendimentos similares:		
. Rendimentos de unidades de participação (Nota 7)	2.500	22.365
. Outros	57	101
	-----	-----
	2.557	22.466
	-----	-----
	3.187	24.796
	=====	=====

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica refere-se a juros de contratos de locação financeira.

22. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica refere-se aos valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundo CGD	1.712.206.016	1.555.470.706
Fundo Petrogal	306.892.301	320.518.025
Fundo Caixa Reforma Prudente	92.913.332	47.665.721
Fundo Império – Bonança	70.660.688	80.473.349
Fundo Fidelidade	55.573.443	60.760.808
Fundo SCML	45.932.047	49.402.894
Fundo Caixa Reforma Ativa	45.679.898	42.578.335
Fundo Galp Energia	23.675.948	20.248.430
Fundo Mundial – Confiança	23.208.913	26.548.460
Fundo PIR Fidelidade	20.120.562	-
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	13.173.641	13.390.121
Fundo CMVM	10.132.795	9.255.104
Fundo Caixa Reforma Valor	9.772.030	8.185.973
Fundo Euronext Lisbon	8.781.397	7.937.717
Fundo Gestnave	6.076.023	6.371.099
Fundo INE	5.299.845	4.900.395
Fundo Impresa Publishing e Associadas	5.156.951	5.211.320
Fundo ICP – Anacom	4.059.917	3.551.409
Fundo Interbolsa	3.779.252	3.289.195
Fundo CPR	509.599	551.592
Fundo STET	387.858	417.305
Fundo Ramos Pinto	67.481	-
	-----	-----
	2.464.059.937	2.266.727.958
	=====	=====

O Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Garantida 2022 (“Fundo”) foi constituído em 19 de Março de 2007, por tempo indeterminado, tendo como objetivo garantir o financiamento de Planos de Pensões.

Nos termos do regulamento de gestão do Fundo, no dia 21 de Março de 2022, é garantido por cada contribuição realizada para o Fundo até ao dia 18 de Março de 2022, o valor base de 5 euros por unidade de participação, acrescido de uma rentabilidade mínima de 30% sobre esse valor de cotação base, a qual pode ainda ser acrescida em 50% da maior valorização acumulada, apurada no dia 19 de Março de cada ano, do índice acionista DJ Eurostoxx 50, desde a data de constituição do Fundo até essa data.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes das subscrições, o Fundo celebrou contratos de venda a prazo com a Sucursal de Londres da CGD, mediante os quais, a 21 de Março de 2022, o Fundo entrega à Sucursal de Londres da CGD os seus ativos, representados por *strips* de obrigações do tesouro espanhol, belga, francês e italiano e recebe um montante equivalente ao capital investido inicialmente, acrescido da rentabilidade garantida aos Participantes.

Adicionalmente, nos termos do regulamento de gestão, caso se venha a revelar necessário, a Sociedade procederá à aquisição de unidades de participação a favor dos Participantes em causa, no montante que permita igualar o valor garantido em 21 de Março de 2022.

Nos termos previstos na legislação em vigor, é possível aos Participantes subscreverem ou solicitarem o reembolso das unidades de participação do Fundo, para além do período de subscrição inicial. Nestas circunstâncias, poderão ser cobradas comissões de subscrição ou reembolso até uma percentagem máxima de 10% sobre o valor de subscrição ou de reembolso, revertendo a favor da Sociedade.

A partir de 21 de Março de 2022, nos termos do regulamento de gestão, a política de investimento do Fundo será alterada, podendo incluir obrigações de taxa fixa e de taxa variável, ações, imobiliário,

investimentos alternativos, produtos derivados e instrumentos do mercado monetário para gestão de tesouraria com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

Em 27 de Dezembro de 2013, a Sociedade Gestora procedeu à extinção do Fundo de Pensões Chartis Europe Portugal por transferência para a adesão colectiva nº 17 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente dos seus depósitos à ordem no montante total de 372.180 Euros. Nos termos do referido contrato de adesão colectiva celebrado entre a Sociedade Gestora e a AIG Europe – Sucursal em Portugal (AIG) o valor de reembolso ou de transferência (antes de tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) de cada unidade de participação que se encontre afecta a contas individuais de participantes e que resulte de contribuições da AIG, nos termos previstos no Plano de Pensões, terá, no mínimo, que ser igual ao respectivo valor de aquisição (garantia de capital), devendo a Sociedade Gestora complementar o produto do reembolso ou transferência com o montante necessário para assegurar o cumprimento da garantia de capital. Ficam no entanto expressamente excluídas desta garantia as unidades de participação resultantes de contribuições dos Participantes e as unidades de participação que, resultando de contribuições do Associado, se encontrem afectas à sua conta residual prevista no ponto 13 do artigo 16º do Plano de Pensões. Em 31 de Dezembro de 2013, o valor das unidades de participação era superior ao seu valor de subscrição.

23. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objetivo o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores / participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata, à data da reforma com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade que se encontravam em funções à data do contrato, bem como aqueles admitidos em data posterior que tenham completado um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respetiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da Segurança Social por velhice.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescida dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões fica totalmente a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição inicial a favor de cada participante é calculada da seguinte forma:

$$2\% * N * \text{remuneração mensal} * 12$$

N corresponde ao tempo de serviço.

A contribuição trimestral é calculada da seguinte forma:

$$2\% * \text{remuneração mensal} * 3$$

A Sociedade poderá ainda, sempre que entender, efetuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Sociedade efetuou contribuições nos montantes de 23.511 Euros e 3.978 Euros, respetivamente (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação dos seguintes fundos de pensões abertos:

	<u>Número de unidades de participação</u>		<u>Valor de mercado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundo Caixa Reforma Valor	5.342	6.720	29.790	34.593
Fundo Caixa Reforma Ativa	1.438	573	17.834	6.679
Fundo Caixa Reforma Prudente	774	178	4.470	1.002
	-----	-----	-----	-----
	<u>7.554</u>	<u>7.471</u>	<u>52.094</u>	<u>42.274</u>
	=====	=====	=====	=====

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi determinado conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado líquido do exercício	889.435	674.183
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 12)	600.000	600.000
Resultado básico por ação	<u>1,48</u>	<u>1,12</u>
	===	===

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

25. PARTES RELACIONADAS

25.1 Identificação dos acionistas

A empresa é integralmente detida pela Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (Acionista), sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na Caixa Geral de Depósitos, S.A., ambas com sede na Avenida João XXI, em Lisboa.

25.2 Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram:

<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Dr. Henrique Pereira Melo	Dr. Henrique Pereira Melo
Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Dr.ª. Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães	Dr.ª. Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães
Sr. José João Castro Avelar Froes	

Nos exercícios de 2013 e 2012, as remunerações dos membros do Conselho de Administração ascenderam a 111.047 Euros e 123.889 Euros, respetivamente (Nota 17).

Conforme deliberado pelo Acionista, em 2013 e 2012 os membros do Conselho de Administração não têm direito a qualquer remuneração variável.

2 RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

2.1 AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

A CGD Pensões, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas no Decreto-Lei 133/2013, conforme se descreve na presente grelha de avaliação.

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento ⁽¹⁾	Referências no Relatório
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objetivos e políticas , para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade;	Cumprido	2.2
	Elaborar planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados;	Cumprido	2.2
	Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental;	Cumprido Parcialmente	2.9
	Adoção de planos de igualdade , de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando a discriminação em razão de sexo e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido	2.3
	Reporte de informação anual à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade (via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo);	Cumprido	2.8
	Cumprimento de legislação e regulamentação , adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido	2.3
	Obrigação de tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores e contribuir para a sua valorização pessoal;	Cumprido	2.3

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento ⁽¹⁾	Referências no Relatório
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	Obrigação de tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos , estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1 milhão de euros);	Cumprido	2.3
	Conduzir com integridade todos os negócios da empresa , não podendo praticar despesas confidenciais ou não documentadas	Cumprido	2.3
	Ter ou aderir a um código de ética (que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido	2.3
Estruturas de Administração e Fiscalização	Nº de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis , de dimensão semelhante e do mesmo sector;	Não aplicável	
	O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão criando comissão de auditoria ou comissão para matérias financeiras);	Cumprido	2.5
	Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros do órgão de fiscalização;	Não aplicável	
	Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do Órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Não aplicável	
	Implementação do sistema de controlo , que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido	2.7

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento ⁽¹⁾	Referências no Relatório
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização	Não aplicável	
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração ; Divulgação anual das remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido	2.6
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido	2.6
Prevenção de conflitos de interesses	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse; Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido	2.5
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido	2.5
Divulgação de informação relevante	Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa;	Cumprido	2.8
	Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado , de forma clara, relevante e atualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e atual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais;	Cumprido	2.8
	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG);	Cumprido	2.3
	Nomeação do provedor do cliente , quando se justificar;	Cumprido	2.10

(1) Grau de cumprimento – cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

2.2 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

Orientações de Gestão

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

Consolidação do crescimento rentável, através da catação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;

Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;

Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projeto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e catação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

Missão, Objetivos e Políticas

A missão da Sociedade é ser reconhecida pelos clientes (internos e externos), como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços e produtos para a reforma. Tendo por base esta missão, o objetivo é a concretização das aspirações financeiras dos clientes, proporcionando-lhes *performance* de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rentabilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo. Para tal a Sociedade tenta captar as melhores pessoas no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores os meios e ferramentas que permitam a excelência nas suas funções. A Sociedade e os seus colaboradores desenvolvem a sua atividade e funções no respeito por elevados princípios éticos e deontológicos, orientando a sua prática pelos valores definidos no Código de Conduta, documento que consagra os princípios de atuação e as normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob orientações advogadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD).

A estratégia só terá sucesso se as atividades da empresa forem desenvolvidas em estreita cooperação com a CGD, que acumula papéis de acionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos da Sociedade.

Os objetivos estratégicos da Sociedade assentam grande parte do seu esforço na:

Dinamização da oferta dos seus produtos e serviços, ajustando-a às necessidades dos clientes e à conjuntura registada nos mercados financeiros;

Adequação das propostas de valor na gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços apresentados aos seus clientes;

Dotação de ferramentas de informação e tecnologia, de gestão e controlo do risco necessárias na execução da atividade.

Com estes objetivos a Sociedade pretende atingir a liderança em montante sob gestão em fundos de pensões, procurando também desta forma concretizar as aspirações financeiras dos clientes.

Plano de Atividades

A Sociedade desenvolve, anualmente, um processo de planeamento para as diversas áreas de negócio, de forma integrada com a estrutura de planeamento do grupo CGD, realizando uma reunião entre o Conselho de Administração e os quadros onde são apresentados o plano de atividades anual face aos objetivos traçados.

Para acompanhar a execução do plano de atividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de atividade, produzido internamente pela Área de Orçamento e Controlo de Gestão e pela Direção de Controlo e Planeamento da CGD.

Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida pela sociedade.

2.3 PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

Toda a atividade da Sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respetivo.

Neste contexto, a Sociedade adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

Regulamentos Externos

A atividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes dos Estatutos da Sociedade.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua atividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, na sua atual redação, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro, na sua atual redação e todas as disposições regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

No âmbito da sua atividade, é de realçar ainda o Decreto-lei n.º 12/2006 de 20 de Janeiro que institui o Regime Jurídico dos Fundos de Pensões.

Destaca-se, também, a aplicação à sociedade da lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, e do Regulamento EU n.º 1781/2006, que estabelecem medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Regulamento Interno e Código de Conduta

À Sociedade dispõe de um Código de Conduta que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2.º, Lisboa.

O Código de Conduta pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, atuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às atividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei.

Normas de Natureza Fiscal

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direção da Sociedade, a Direção Administrativa e Financeira e a Direção de Backoffice Imobiliário asseguram o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

Normas de prevenção de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e corrupção

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade atua em estrita colaboração com os bancos depositários com quem opera.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para deteção de situações suscetíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrupção é crime subjacente.

Não obstante este fato, a Sociedade tem presente os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e procedeu em 2010 à formação dos seus colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respetiva comunicação às autoridades competentes é a Direção de Supervisão e Controlo, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da Caixa.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas, relacionadas com o crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

Normas de concorrência e de proteção do consumidor

As práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de atuação que não põem em causa as linhas de ação da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

Normas de natureza ambiental

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua atividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vetores de atuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela ação interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela atuação no mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vetores são transversais a todo o grupo Caixa, englobando ações que ambicionam diminuir o impacte ambiental decorrente quer dos seus impactos diretos, quer dos indiretos.

Normas de índole laboral

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento

à legislação laboral, ao Acordo Coletivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e aos diversos Regulamentos Internos que dispõem o modo de acesso a diversos benefícios extracontratuais.

Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

O efetivo na Sociedade apresentou em 2013 uma distribuição equitativa por sexos (55% feminino e 45% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato.

Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna baseada numa política de facilidade nas transferências de acordo com os interesses pessoais dos colaboradores;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);
- Concessão de crédito para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores.

Valorização profissional dos colaboradores

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2013, foram registadas 7 participações em ações de formação específica para a atividade de negócio, 6 participações em cursos de informática e 3 presenças em conferências, colóquios e seminários.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, podem requerer a comparticipação nos custos de formação.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade oferece aos seus colaboradores condições especiais, significativamente mais baixas que as praticadas no mercado, para a aquisição de equipamento informático.

2.4 TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Transações relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transações com empresas do Grupo destacam-se, como sendo as mais relevantes, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2013, as demonstrações financeiras da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com a CGD:

<i>Valores em milhares de euros</i>	
Ativos	
Disponibilidades em instituições de crédito	346
Proveitos	
Juros e rendimentos similares	1
Custos	
Comissões	404

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado, sendo consultados, em regra, dois fornecedores por produto;
- Seleção de fornecedores com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços de forma escrita, através de troca de correspondência ou contrato formal.

Universo de transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

Seguros: com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA;

Locação operacional: com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

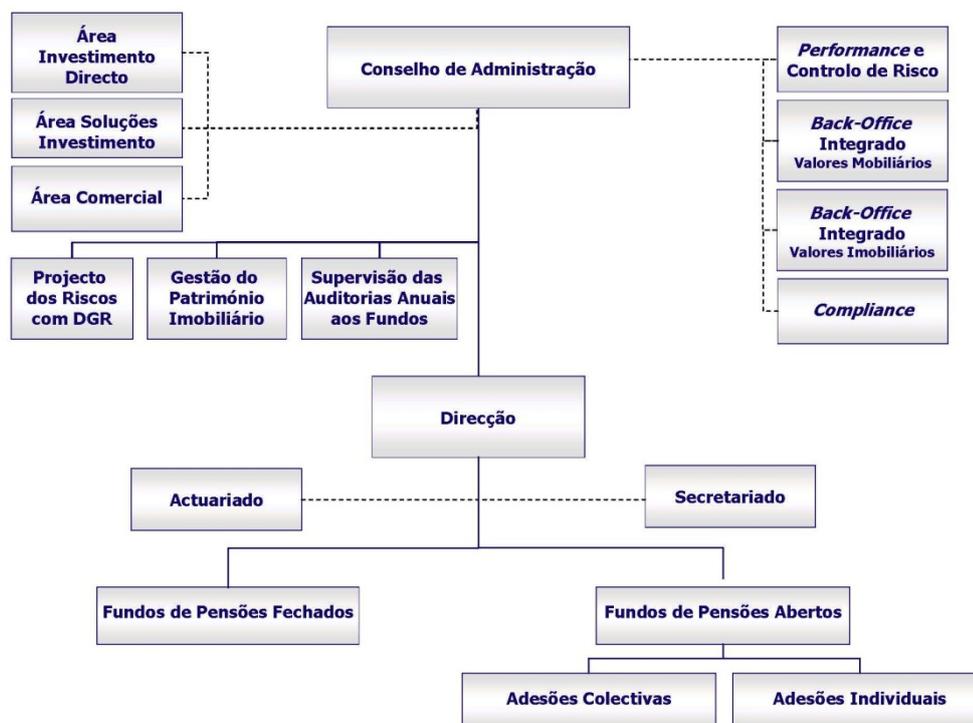
Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual em 2013 foram os seguintes: CGD (30%), Caixagest (26%) e Fidelidade (10%).

2.5 MODELO SOCIETÁRIO

Modelo de Governo

A Sociedade é detida na totalidade pela holding Caixa Gestão de Ativos, SGPS SA, a qual é detida a 100% pela Caixa Geral de Depósitos. O acionista único da Caixa Geral de Depósitos é o Estado Português. A Sociedade dispõe de uma organização que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias. Esta estrutura contempla a segregação de funções, assente na separação entre as diferentes funções existentes:



Com a integração na holding, a sociedade gestora veio beneficiar dos vastos recursos técnicos e humanos afetos à gestão de ativos, mediante o aproveitamento de estruturas comuns às várias empresas da holding. Na Sociedade, são diretamente asseguradas todas as funções “core” da atividade de constituição e gestão de fundos de pensões, nomeadamente, constituição, alteração e extinção de fundos de pensões fechados e abertos; celebração de adesões coletivas e adesões individuais; elaboração dos relatórios de gestão e reuniões periódicas com os clientes; gestão do investimento imobiliário direto e indireto existente nas diferentes carteiras sob gestão. A Sociedade é composta por 11 elementos, sendo a responsável a Dr.^a Marta Magalhães.

A Sociedade, através da subcontratação de serviços, passou a utilizar as equipas integradas transversais a toda a gestão de ativos: Função Investimento (Direção de Investimento Direto – DID, e Direção Soluções de Investimento - DSI); Função Administrativa (Direção Administrativa e Financeira – DAF e Direção de Backoffice Imobiliário - DBI); Função Comercial (Direção de Clientes Negócio - DCN); Função Compliance (Direção de Supervisão e Controlo - DSC); Função de Suporte (Direção de Recursos Humanos e Meios – DRHm, e Direção de Informação e Tecnologia - DIT); Função de Auditoria Interna (AICG); e Função Avaliação de Performance e Controle de Risco (Direção de Gestão de Risco – DGR - estrutura da Caixa Geral de Depósitos formalmente independente da holding da gestão de ativos).

Em termos da função atuarial, também subcontratou os serviços a três entidades externas, dispondo, atualmente, de três atuários responsáveis.

Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2013/2015

A **Mesa da Assembleia Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
Secretário	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato atual é a seguinte:

<u>Presidente</u>	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
<u>Vice-Presidente</u>	Dr. Henrique Pereira Melo
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr.ª Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães
Vogal	Sr. José João Castro Avelar Froes

Durante o exercício de 2013 o Conselho de Administração teve 6 reuniões.

O **Fiscal Único** é a Deloitte & Associados, SROC, representada pelo Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira e o suplente o Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

A composição da **Comissão de Vencimentos** nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Sociedade é a seguinte:

Membro	Dr. Vitor José Lilaia da Silva
Membro	Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Os curriculum vitae dos membros da mesa da Assembleia Geral e dos órgãos de administração e de fiscalização estão apresentados no Anexo I ao presente relatório.

Prevenção de conflitos de interesses

A organização e gestão das atividades de intermediação financeira são realizadas para que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração (CA) e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

- Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações suscetíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.
- Interdição de uso direto ou indireto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício nem as facilitar a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da atividade de intermediação financeira.
- Observância, em todas as suas atuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.

- Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Setor Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do artº 414 nºs 5 e 6 do CSC

2.6 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Política de Remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os Objetivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas dos Administradores com pelouros, sendo os custos suportados pelas empresas participadas.

As remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização encontram-se espelhadas no Anexo II ao presente relatório.

2.7 SISTEMA DE CONTROLO

Sistema de Controlo Interno

A Sociedade dispõe de um Sistema de Controlo Interno que assegura o cumprimento da legislação e regulamentação, e onde se evidenciam as deficiências que a Sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista a eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Sistema de Controlo de Proteção dos Investimentos

A Sociedade tem assegurado um sistema de gestão dos principais riscos a que os fundos estão sujeitos, através do acompanhamento contínuo da evolução da *performance* e de indicadores de risco, encontrando-se concluído um sistema mais abrangente, tendo em linha de conta as novas normas regulamentares publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A Unidade de Controlo de Risco e Análise de Performance (UCR) que depende da DGR – CGD é responsável pela análise

dos resultados obtidos nas diferentes carteiras dos fundos em termos de rentabilidade e de risco, comparando-os com os objetivos de investimento.

2.8 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

Divulgação de informação no sítio da empresa

O site da sociedade inclui na sua arquitetura de informação, uma área de acesso público exclusivamente dedicada à divulgação de toda a informação obrigatória e legal respeitante ao Governo da Sociedade, de forma a cumprir integralmente os princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do estado, aprovados pela resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março.

Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, encontra-se também disponível para consulta no site da sociedade.

2.9 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade económica, social e ambiental

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível ambiental destaca-se o Programa Caixa Carbono Zero 2010, programa estratégico da CGD para as Alterações Climáticas que visa contribuir para a redução do impacto ambiental das suas atividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, Clientes, fornecedores e da sociedade em geral.

2.10 NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE

Provedor do cliente

O provedor do cliente para os participantes de adesões individuais a Fundos de Pensões abertos é o Dr. Francisco Medeiros Cordeiro, sendo nomeado pela APFIPP em nome das suas associadas.

ANEXO I – CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Ativos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger, SGFII e da CGD Pensões, SGFP e vice presidente da Caixa Gestão de Ativos (desde 2001).

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (2008-2011). Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração em 01/06/2006. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CGD Pensões e Membro do Conselho de Administração da Sogrupos CSP, Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Ativos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundger, da Império Bonança e da Sogrupos SI, do Banco Caixa Geral Totta Angola, do Banco Nacional de Investimento (Moçambique). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 22/3/2004. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Ativos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Ativos Financeiros do ISTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger e da CGD Pensões (desde 2002). Diretor de Gestão de Ativos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Ativos Financeiros, SGFIM e da Mello Ativos Financeiros SGP. Diretor de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Diretor de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Diretor de Research da Caixagest., Subdiretor da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 29/4/2011. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Diretora da CGD Pensões (desde 1999). Diretora-Adjunta do Departamento Financeiro do BNU (1993-1999). Diretora da Sofin-Dealers (1990-1993); Diretora-Adjunta do Departamento de Mercado de Capitais do Lloyds Bank, em Lisboa (1988-1990). Chefe do Serviço de Títulos do Banco Português do Atlântico (1986-1988). Técnica do Departamento de Planeamento Estatística e Contabilidade do Banco Português do Atlântico (1984-1986).

Data de nascimento: 29 de Julho de 1954

José João Castro Avelar Froes

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 30/4/2013. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Diretor Coordenador da Caixagest (2012-2013); Diretor de Operações da Fundger (2010-2012); Diretor Comercial da Caixagest (1995-2009); Quadro da Caixagest (desde 1989); Técnico do Departamento de Operações da Fiseco - Sociedade Gestora de Patrimónios (1988-1989); Técnico do Departamento de Operações da Soinvest - Consultores e Gestão (1987-1988).

Data de nascimento: 2 de Julho de 1961

Mesa da Assembleia GeralNuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral em 30/4/2013. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão e Pós-Graduação, PMD, na Harvard Business School. Registrado na *Securities and Futures Authority*

Vice-presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (desde 2013); Presidente da Gerbanca, SGPS, S.A., da Parbanca, SGPS, S.A., da Partang, SGPS, S.A., do Banco Caixa Geral Brasil, do Banco Caixa Geral Totta de Angola, do BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. - Macau e do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações (desde 2013); Vogal do Conselho de Administração da CGD (2011-2013); Administrador da Locarent e Presidente da Caixa Leasing e Factoring (2012); Administrador do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. Moçambique (2011); Presidente do Conselho de Administração da Imocaixa – Gestão imobiliária, S.A e do Caixa Imobiliário, S.A. (2011); Cofundador e CEO Grupo ASK - Advisory Services Kapital (2007-2011); CEO da Orey Financial (2005-2006); Diretor-Coordenador do Banif Investment Bank (2001-2004); Vice-Presidente da Banif Ascor (2000-2001); Diretor do Banco de Negócios da Argéntaria (1998-2000); Administrador da Titulo – Sociedade Corretora (1996-1998); Responsável pelos Mercados de Capitais da Europa do Sul na Carnegie London (1994-1996); Diretor de Vendas e Negociação da Carnegie Portugal (1992-1994); Sales/Trader da BCI Valores (1991-1992); Corretor na Pedro Caldeira Sociedade Corretora SA. (1990-1991).

Data de nascimento: 2 de Novembro de 1968

Hernâni da Costa Loureiro

Primeira designação para o cargo de Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Consultor Jurídico da Associação Portuguesa de Bancos (desde 2006). Diretor na Caixa Geral de Depósitos (1986 -2005).

Data de Nascimento: 28 de Dezembro de 1944

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Gestão de Ativos, Caixa-Imobiliário, Caixagest, Caixanet, Caixatec, Fundger, Gestinsua, Imocaixa, Sanjimo e Vale do Lobo. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Gerbanca, Parbanca, Sogrupos IV e Yunit Serviços. Secretário da Mesa da Assembleia Geral de A Promotora, Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Caixa BI, Caixa Participações, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Garantia, Locarent, Sogrupos Compras, Sogrupos SI e TF Turismo Fundos. Membro da Comissão de Vencimentos da Cares, Multicare, Sogrupos Compras, Sogrupos IV e TF Turismo Fundos. Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral Totta Angola. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980), exercendo funções diretivas desde 2005. Exerce advocacia em regime de profissão liberal (desde 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

Fiscal Único

Deloitte & Associados, SROC, representada pelo João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 02/1/2012. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa em 1994. Revisor Oficial de Contas desde Janeiro de 2002.

Iniciou a sua carreira profissional em 1994, tendo sido nomeado Manager em 1998 e *partner* em 2006. Exerce a atividade de auditoria, essencialmente em bancos, companhias de seguros e outras entidades financeiras, nomeadamente gestoras de fundos e sociedades gestoras de participações sociais do grupo CGD e de outros grupos financeiros portugueses.

Data de nascimento: 2 de Maio de 1973

Comissão de Vencimentos

Vitor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 22/3/2004. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Administrador do Banco Caixa Geral Totta de Angola. Membro do Conselho de Administração da Caixa Participações SGPS, da Gerbanca SGPS, da Parbanca SGPS e da Parcaixa SGPS. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sogrupa CSP, da Sogrupa SI e da Sogrupa IV GI. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Caixa Geral de Depósitos Culturgest. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur, da Promotora, da [Garantia](#) e do BCA. Vogal da Comissão de Vencimentos da [Locarent](#), do Banco Interatlântico, do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa Banco de Investimento, da Caixa Gestão de Ativos, da Caixa Imobiliário, da Caixa Capital, da Caixa Desenvolvimento, da Caixa Leasing e Fatoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundger, da Imocaixa, da Margueira, da Multicare, da OMIClear, da Sogrupa CSP, da Sogrupa SI, da Sogrupa IV GI e da Vale do Lobo - Resort Turístico de Luxo. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 30/3/2007. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Pós-Graduação em Marketing Bancário pelo Instituto de Formação Bancária.

Presidente Conselho de Administração da HPP International Ireland Limited e da HPP International-Lux, SARL (desde 2007). Vogal do Conselho de Administração da Parbanca, SGPS, SA (desde Dez/2012) e da Caixa Participações SGPS, SA (desde Dez/2013). Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico (desde 2011). Membro da Comissão de Vencimentos da Caixatec - Tecnologias de Comunicação (desde 2007) e da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, Sa (desde Abr/2013). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1988).

Data de nascimento: 17 de Novembro de 1959

ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃO SOCIAIS

Conselho de Administração

A Administradora da Sociedade recebeu em 2013 as remunerações e compensações de despesas constantes do quadro seguinte:

Valores em euros	
	Dr. ^a Marta Magalhães
Remunerações	
Remuneração mensal (1)	7.358,64
Remuneração anual recebida	103.020,96
Outras regalias e compensações	
Gastos anuais na utilização de comunicações móveis	299,54
Subsídio anual de refeição	2.564,10
Outras (2)	246,40
Encargos com benefícios Sociais	
Regime de Proteção Social (anual)	29.073,55
Parque Automóvel	
Valor de renda anual da viatura de serviço	8.184,48
Valor da renda média mensal de 2013	682,04
Ano de Início do contrato atual	2011
Valor anual do combustível gasto com a viatura	-
Informações Adicionais	
Regime de Proteção Social	CGA
Exercício de funções remuneradas fora do grupo	Não

(1) A remuneração do membro do Conselho de Administração acima indicado reflete a redução decorrente aplicação do Estatuto do Gestor Público.

(2) Subsídio Infantil e de Estudo

Nos termos do art.º 24º da Lei 55-A/2010 não foram distribuídos prémios de gestão aos membros dos órgãos de gestão nos anos 2010 a 2013.

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Deloitte & Associados, SROC SA, Revisor de Contas e Fiscal Único da Sociedade, para os exercícios 2013 e 2012 ascenderam a 42.750 euros e a 43.000 euros, respetivamente, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Para além da revisão legal das contas da sociedade, estes honorários englobam a auditoria externa contratual às demonstrações financeiras dos fundos.

3 RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objetivos de Gestão

O Estado Português, através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentor da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A.. Para o exercício de 2013, não foram estabelecidas orientações nem objetivos de gestão, previstos no art.º 11º do DL 300/2007, de 23 de agosto.

Deveres Especiais de Informação à DGTF e à IGF

A Sociedade cumpre os deveres especiais de informação a que está sujeita, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de maio, relativo designadamente ao reporte e à Inspeção Geral de Finanças (IGF) através do envio de informação regular para o Sistema de Informação das Participações do Estado (SIPART).

Divulgação dos atrasos nos Pagamentos

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2012, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

Nível das Remunerações

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP). Em conformidade, a Sociedade respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.

Durante o ano de 2013 a remuneração dos trabalhadores foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no orçamento do Estado.

Aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Nos termos do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os membros dos órgãos de administração da Sociedade não utilizam cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

Relativamente ao n.º 2 do referido artigo, não existem despesas de representação pessoal.

Normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade. No âmbito da atuação da Sociedade não foram celebrados contratos do valor superior a 5 milhões de euros.

Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

Não é aplicável à Sociedade, contudo, a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do Grupo Caixa Geral de Depósitos - do qual a Sociedade faz parte - é efetuada através do Sogruppo Compras e Serviços Partilhados - Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento de SCSP empresa e do exercício da sua atividade estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais. A atividade do SCSP é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas.

Parque de Veículos do Estado

Não é aplicável à Sociedade, contudo inserida na estratégia global de redução de custos, a Sociedade tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objetivo a racionalização da gestão da frota de viaturas, de que se destaca a promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se traduziu, em 2013, numa redução dos plafonds de atribuição viaturas superior a 20%.

Princípio de Igualdade do Género

O efetivo da Sociedade apresentou em 2013 uma distribuição equitativa por sexos (55% feminino e 45% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o ajustamento às necessidades do currículo e perfil de competências de cada candidato.

Redução do Número de Efetivos e de cargos Dirigentes

Não foram definidos objetivos de redução de pessoal para a Sociedade.

Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Orientações	Cumprimento			Quantificação
	S	N	N.A.	
Objetivos de gestão			X	não aplicável
Deveres especiais de informação à DGTF e à IGF	X			
Divulgação dos atrasos nos pagamentos	X			
Recomendações do acionista - diligências e resultados obtidos			X	não aplicável
Nível das remunerações:				
· Órgãos Sociais - Estatuto do Gestor Público (AEGP)	X			
· Não atribuição de prémios de gestão	X			
Normas de contratação pública			X	não aplicável
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X	não aplicável
Parque de veículos do Estado			X	não aplicável
Princípio de igualdade do género	x			
Plano de redução de custos:				
· Gastos com Pessoal	X			
· Gastos Gerais Administrativos	X			
Redução do número de efetivos			x	não aplicável

4 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 5.644.527 Euros e um capital próprio de 4.674.712 Euros, incluindo um resultado líquido de 889.435 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

- Em 31 de Dezembro de 2013, a Sociedade tem registadas na rubrica “Outros activos financeiros” unidades de participação de um fundo de investimento imobiliário (Fundo), cujo valor de balanço ascende a 605.737 Euros (Nota 7). Em 6 de Junho de 2013, a respectiva sociedade gestora informou que o Fundo entrou em período de liquidação, dado ter sido atingido o seu prazo de duração inicial sem que os participantes tenham deliberado a sua prorrogação, prevendo que a liquidação seja concluída no prazo máximo de um ano. O último relatório de auditoria disponível, referente às demonstrações financeiras do Fundo do exercício de 2012, inclui uma reserva por desacordo quanto ao valor de realização dos imóveis que detinha em carteira, atendendo à conjuntura do País com reflexos significativos no mercado imobiliário, ao facto de se destinarem ao sector de logística e distribuição e ao facto de as avaliações não incluírem a premissa de venda dos imóveis no curto prazo, apesar da Assembleia de Participantes não ter deliberado favoravelmente à prorrogação do prazo do Fundo. Na valorização das referidas unidades de participação, a Sociedade utilizou o valor patrimonial do Fundo divulgado com referência a 31 de Dezembro de 2013, considerando o Conselho de Administração que eventuais ajustamentos resultantes da situação acima referida não teriam um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013.

Relato sobre outros requisitos legais

- É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2013 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que após considerado o descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira